



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI N.º 5.252-A, DE 2013

(Do Senado Federal)

PLS nº 627/2011

Ofício (SF) nº 564/2013

Dispõe sobre o serviço de guarda de valores e objetos em cofres bancários; tendo parecer da Comissão de Finanças e Tributação, pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária; e, no mérito, pela aprovação, com emenda (relator: DEP. MANOEL JUNIOR).

DESPACHO:

ÀS COMISSÕES DE:

FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO (MÉRITO E ART. 54, RICD) E
CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (ART. 54 RICD)

APRECIÇÃO:

Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II

S U M Á R I O

I - Projeto inicial

II - Na Comissão de Finanças e Tributação:

- Parecer do relator
- Emenda oferecida pelo relator
- Parecer da Comissão
- Emenda adotada pela Comissão

O **Congresso Nacional** decreta:

Art. 1º O serviço de guarda de valores e objetos em cofre bancário será constituído por meio de contrato de locação.

§ 1º O contrato previsto no **caput** será acompanhado de declaração que discrimine todos os valores e objetos guardados nos cofres bancários.

§ 2º Para objetos de valor não calculável, as partes contratantes do serviço de cofre bancário definirão um valor monetário.

§ 3º As informações prestadas de acordo com os §§ 1º e 2º serão protegidas pelo sigilo bancário.

§ 4º A instituição financeira pagará indenização ao contratante do serviço de cofre bancário em caso de extravio, por qualquer motivo, dos valores e objetos guardados e discriminados.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 26 de março de 2013.

Senador Renan Calheiros
Presidente do Senado Federal

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei n.º 5.252, de 2013, oriundo do Senado Federal (PLS 627/2011) e de autoria do ilustre Senador Humberto Costa, disciplina o serviço de guarda de valores e objetos em cofres bancários.

Ao argumento de que a falta de regulamentação específica suscita dúvidas e disputas judiciais, além de permitir a ocultação de bens obtidos de maneira ilícita, o Projeto estabelece, resumidamente: que o serviço caracteriza um contrato de locação; que o contrato será acompanhado de discriminação de todos os valores e objetos confiados; que as partes definirão uma referência monetária para os objetos de valor inestimável; que as informações serão cobertas pelo sigilo bancário e que, independentemente do motivo, a instituição financeira responderá pelo extravio dos bens por ela guardados.

Por despacho da Mesa da Câmara dos Deputados, a matéria foi encaminhada para apreciação conclusiva das Comissões de Finanças e Tributação (CFT) e de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC), respectivamente. Nesta Comissão de Finanças e Tributação, recebi a honrosa incumbência de relatar o Projeto, que não recebeu emendas no prazo regimental, e receberá somente uma emenda modificativa desse relator, no § 4º do art. 1º do Projeto de Lei nº 5252 de 2013, para ajustar a redação do parágrafo.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

Nos termos do art. 32, X, “h”, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, cabe a esta Comissão, além do seu mérito, o exame da proposição quanto aos aspectos financeiros e orçamentários públicos de que importe aumento ou diminuição da receita ou da despesa pública, quanto à sua compatibilidade ou adequação com o plano plurianual, a lei de diretrizes orçamentárias e o orçamento anual.

A matéria tratada no Projeto – dispor sobre o serviço de guarda de valores e objetos em cofres bancários – não apresenta repercussão direta ou indireta nos Orçamentos da União eis que se reveste de caráter essencialmente normativo, sem impacto direto ou indireto quanto a quantitativos financeiro ou orçamentário públicos da União.

Diante disso, somos pela não implicação da matéria em aumento de despesa ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto aos aspectos financeiro e orçamentário públicos do PL nº 5.252, de 2013.

No que tange ao mérito, entendemos que a Proposição, ao estabelecer um regramento mínimo sobre o serviço de caixa de segurança (ou cofre-forte), enfrenta as principais discussões acerca do instituto e confere segurança jurídica tanto aos clientes bancários quanto às instituições financeiras. Nessa linha, sob o prisma que deve nortear as apreciações desta CFT, o Projeto merece apoio.

Com efeito, desde a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) na ADI 2591, que confirmou a incidência do Código de Defesa do Consumidor sobre os serviços bancários, não subsistem dúvidas sobre a responsabilidade objetiva dos bancos por eventuais prejuízos causados por defeitos na prestação de seus serviços. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ) que, mesmo antes da decisão do STF, já reconhecia a aplicabilidade do CDC ao sistema financeiro nacional, vinha consistentemente decidindo pelo dever de indenizar independentemente de culpa nas hipóteses de falha do serviço até que, recentemente, o assunto foi consolidado na Súmula 479, que assim prescreve: *"as instituições financeiras respondem objetivamente pelos danos gerados por fortuito interno relativo a fraudes e delitos praticados por terceiros no âmbito de operações bancárias"*.

Nesse contexto, o Projeto, ao fixar o dever de indenização das instituições bancárias dos valores e objetos a elas confiados, harmoniza-se com o entendimento – já sumulado – do Judiciário. Ao mesmo passo, garante, com a exigência de especificação prévia dos valores e objetos depositados, que, na hipótese de extravio, a indenização será justa, em evidente benefício dos clientes, que serão ressarcidos pelos efetivos prejuízos, e dos bancos, que responderão exata e tão-somente pelo que, de fato, estava em seu poder. E isso sem em nada afetar a relação de sigilo e confiança mútua que deve pautar o contrato de guarda de valores e objetos, uma vez que a discriminação dos bens estará coberta pelo segredo bancário.

Diante de tudo o que foi exposto, votamos pela não implicação da matéria em aumento ou diminuição da receita ou despesa pública, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária, e, quanto ao mérito, pela aprovação do Projeto de Lei n.º 5.252, de 2013, com uma emenda do relator.

Sala da Comissão, em 26 de março de 2015.

Deputado MANOEL JUNIOR
Relator

EMENDA 1 – MODIFICATIVA

O § 4º do art. 1º do Projeto de Lei nº 5252 de 2013, terá a seguinte redação:

§ 4º A instituição financeira pagará indenização ao contratante do serviço de cofre bancário em caso de extravio dos valores e objetos guardados e discriminados.

Sala da Comissão, em 26 de março de 2015.

Deputado MANOEL JUNIOR
Relator

III - PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Finanças e Tributação, em reunião extraordinária realizada hoje, concluiu unanimemente pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária; e, no mérito, pela aprovação, com emenda, nos termos do parecer do relator, Deputado Manoel Junior.

Estiveram presentes os Senhores Deputados:

Soraya Santos - Presidente, Manoel Junior, Alfredo Kaefer e Guilherme Mussi - Vice-Presidentes, Alexandre Baldy, Andres Sanchez, Edmilson Rodrigues, Elizeu Dionizio, Enio Verri, Félix Mendonça Júnior, Fernando Monteiro, Leonardo Quintão, Miro Teixeira, Ricardo Barros, Rodrigo Martins, Silvio Torres, Walter Alves, Andre Moura, Bruno Covas, Cacá Leão, Celso Maldaner, Christiane de Souza Yared, Giuseppe Vecchi, Hildo Rocha, Júlio Cesar, Leandre, Mandetta, Mauro Pereira, Nelson Marchezan Junior, Simone Morgado, Tereza Cristina e Valtenir Pereira.

Sala da Comissão, em 22 de abril de 2015.

Deputada **SORAYA SANTOS**
Presidente

EMENDA ADOTADA PELA COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO AO PROJETO DE LEI Nº 5.252, DE 2013

O § 4º do art. 1º do Projeto de Lei nº 5.252 de 2013, terá a seguinte redação:

“§ 4º A instituição financeira pagará indenização ao contratante do serviço de cofre bancário em caso de extravio dos valores e objetos guardados e discriminados.”

Sala da Comissão, em 22 de abril de 2015.

Deputada **SORAYA SANTOS**
Presidente

FIM DO DOCUMENTO
